

Saúde

04 SET 1991

Por que não?

ESTADO DE SÃO PAULO

**DRAUZIO VARELLA
e NARCISO ESCALEIRA**

A Prefeitura e os médicos municipais se desentenderam feio por causa do programa "remoção zerada". Para quem não sabe, por meio desse programa, os médicos perdem as posições que ocupam no sistema — as diversas unidades de saúde fazem um levantamento de suas necessidades e apresentam relação total dos cargos, que serão preenchidos por critério de tempo de serviço prestado: os mais velhos têm prioridade na escolha, os outros ficam com o que sobrar. Para compensar transferências para a periferia da cidade, há uma adicional que chega a 30% do salário.

Os médicos não aceitam, acham que não está certo serem obrigados a trabalhar a quilômetros do lugar onde organizaram a vida e, especialmente, poucos se conformam em ir parar na periferia. Não só pelo risco físico de assaltos, raptos ou abusos sexuais. Mas, principalmente, porque a qualidade das unidades de saúde dessas regiões está abaixo da crítica de qualquer profissional criterioso.

A prefeitura considera a reação dos médicos típica manifestação de corporativismo, e eles se dizem vítimas de autoritarismo. Está criado o impasse. Com todo o respeito, parece que as duas partes têm razão. Assim como muitos outros funcionários públicos, os médicos também são corporativistas. Mas forçá-

los a ir para o outro lado de uma cidade como São Paulo é atitude autoritária.

Não há originalidade nessa história, o final é previsível. Os que conseguem sobreviver fora do serviço público, em geral os mais capazes, pedirão demissão, desfalcando os quadros. Os mais acomodados acabarão aceitando a transferência, mas com o olho grudado na generosa legislação, que lhes permitirá escapar do novo trabalho, sem correr risco de perder a estabilidade. E, finalmente, como a medicina é uma profissão cheia de mistérios, sobrarão os poucos abnegados de sempre, que acharão encanto em operar baleados em São Miguel ou em tratar desnutridos no extremo Sul da cidade.

A experiência tem demonstrado que essa luta entre autoridades sem recursos adequados e funcionários mal pagos e desobedientes é infrutífera. No fundo, é uma briga de pobres, para resolver como dar assistência aos mais pobres. A sociedade não dá a menor bola para isso, e tudo fica como sempre esteve.

Sem nenhum interesse ou pretensão, achamos que a prefeita Erundina poderia inovar, chamando novos personagens a participar do velho filme: os mais ricos, com seu talento e seus recursos. A prefeita poderia reunir empresários competentes e sérios (ainda devem existir) e pedir-lhes que organizassem fundações privadas, mantidas por doações das empresas, estimuladas por descontos nos im-

postos municipais, para cuidar da assistência médica de uma dessas áreas da cidade onde as pessoas vivem abandonadas à própria sorte. Seria uma coisa nova ver homens experientes nos negócios, livres das amarras que tanto emperram o serviço público, construindo instalações mais modernas, equipando-as, contratando profissionais com salários competitivos. Dessas fundações poderiam fazer parte representantes das comunidades às quais os serviços seriam dirigidos, para fiscalizar a aplicação do dinheiro e garantir a prestação de assistência de acordo com as necessidades locais.

Num setor tão politizado como o da saúde, é possível que uma experiência desse tipo provocasse apaixonadas reações. Mas, justamente por ser quem é, a prefeita poderia neutralizá-las. Afinal, não lhe falta passado para expor ao ridículo os que tentassem acusá-la de "defensora de interesses privatizantes", ou de "vendida ao capitalismo internacional".

Por que não ousar? Em pouco tempo, os resultados poderão ser analisados e comparados com os obtidos pela rede pública. Além disso, a prefeita tem credibilidade e pode até errar. Não fará muita diferença. O que aí está dificilmente poderá piorar.

□ *Drauzio Varella e Narciso Escalera são médicos cancerologistas, diretores-científicos do CPT/Unip Objetivo*